

A dívida externa

JOSÉ GENOÍNO

É um erro primário formular a política brasileira para a dívida externa separadamente da política exterior global do País. Antes de se saber o que fazer com a dívida, deve-se saber se temos ou não objetivos no mundo, quais, e como atingi-los, o que inclusive exige a definição prévia de um projeto nacional. É claro que, como todo país continental e populoso, o Brasil vive a tentação do isolacionismo. Isto também acontece em países muito diferentes do nosso, mas igualmente extensos e populosos, como os EUA e a China. Se fôssemos uma pequena ilha, como Cuba, não teríamos a menor dúvida sobre a necessidade de relações comerciais e financeiras com o resto do mundo.

Mas nem mesmo os grandes países têm, nos dias de hoje, como manter uma economia autárquica, baseada exclusivamente no mercado interno. A internacionalização econômica é um fenômeno estrutural irreversível. E que já vem dando sinais institucionais, como a transformação do GATT em Organização Internacional do Comércio.

O Brasil precisa, com urgência, formular seus objetivos de integração soberana no mercado globalizado. Antes que alguém ou o "destino" o faça e, evidentemente, em piores condições para nós. O Brasil é grande o suficiente, tanto no plano geopolítico quanto no econômico, para obter para si uma fatia importante do novo mercado. Mas para tanto é necessário resolver logo a crise inflacionária, realizar reformas econômicas e passar a ter uma política industrial lúcida. Assim

será possível induzir os investimentos produtivos necessários ao crescimento econômico com distribuição de renda e geração em massa de novos empregos.

Conspiram contra esta necessidade urgente duas categorias diferentes de equívocos: o da integração subalterna sem projeto nacional defendida pelos neo-liberais e o do autarquismo econômico defendido pelo velho nacionalismo ao estilo dos anos 50.

Os riscos da integração su-

NO CASO DA DÍVIDA EXTERNA, UMA RUPTURA UNILATERAL TERIA EFEITOS COLATERAIS PIORES QUE A DOENÇA.

balterna, sem política que modifique a tragédia social dos países subdesenvolvidos, ficarão suficientemente claros no exemplo mexicano. Se o País não desenvolve um projeto nacional e abre-se à competição externa confiando num mercado supostamente perfeito, vai bater de cara com suas imperfeições, ou seja, o protecionismo comercial de outros países. Poderá, ainda, aceitar acriticamente receituários de política econômica formulados por instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial.

Já os perigos da proposta autarquista não são tão óbvios, mas nem por isto menos danosos. Se o Brasil se fechar em torno de si mesmo, apostando exclusivamente no seu mercado interno, estará se condenando ao atraso tecnológico enquanto o mundo vive revolução pro-

funda. Isto implicará em perda de investimentos internos e externos, incapacidade de retomada do crescimento e, conseqüentemente, continuidade da crise econômica e social, à qual podem se juntar novas crises políticas e institucionais. Quando mais tarde o equívoco for percebido, ficaria claro que o Brasil perdeu tempo e atrasou-se. Ocorre que além da política, o mercado também tem horror ao vazio e nosso espaço potencial já poderá estar preenchido

por outros países.

Voltando ao tema deste artigo, a política do País frente à dívida deve partir destes princípios. Evidentemente o peso da dívida externa sobre a economia brasileira é imenso. O novo acordo, baseado nos princípios do Plano Brady, trará um alívio muito pequeno. Assim, a carga continuará demasiadamente pesada. Isto nos impõe manter uma atitude de negociação política permanente com os governos dos países onde estão sediados os maiores credores e com os organismos econômicos mundiais. E isto se faz com eficiência recorrendo a todos os instrumentos de praxe, tais como articulações com outros países devedores, pressões etc.

Entretanto, não estamos entre aqueles que recomendam uma ruptura unilateral. Isto traria efeitos colaterais ainda

mais maléficos do que a doença que se propõe a curar. Um rompimento sem negociação isolaria o Brasil dos mercados financeiros internacionais, pioraria nossas condições de crédito e dificultaria a atração de investimentos.

Além do mais é preciso reconhecer que ainda que tenha grande peso, a dívida externa não é a única e nem mesmo a principal fonte dos nossos problemas. Quem quiser pode se iludir com a idéia de que basta suspender o pagamento da dívida e estarão arrumados os recursos para a retomada do crescimento e a ampliação do gasto social. Mas isto seria desconhecer que temos uma imensa dívida interna, um Estado desorganizado e privatizado, que acaba gastando muito mal qualquer recurso adicional, uma concentração de renda só superada pela África do Sul, parcela das elites políticas e econômicas apodrecidas moralmente, crime organizado, população mal escolarizada e sem saúde, pontos de estrangulamento econômico como a falta de investimentos em energia elétrica e o estado dos portos, sistema tributário absurdo, desequilíbrios regionais, distorções na representação política etc.

Ou seja, são tantos os incêndios a apagar que convém não atear fogo nas relações internacionais do País, a menos que haja algo de muito concreto a ganhar.

O AUTOR

José
Genoíno é
deputado
federal por
São Paulo (PT)

